

Foto: Boris Missirkov



## CAPÍTULO 1

# POR QUE O SETOR PRIVADO É TÃO IMPORTANTE PARA A REDUÇÃO DA POBREZA

**E**ste relatório nos leva a percorrer um vilarejo humilde num dia qualquer, e nos permite enxergar os empreendedores em sua labuta diária. Nos conscientiza de que o pequeno empreendedor é um elemento tão importante do setor privado quanto uma corporação multinacional, fazendo-nos reconhecer que o setor privado já ocupa uma posição central na rotina das pessoas pobres, e que detém o poder de melhorar suas vidas. Nos orienta a fazer uso das inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais do setor privado, para melhorar as condições de vida dos pobres. Portanto, o tema central deste relatório é como desencadear o poder dos empreendedores locais para reduzir a pobreza em suas comunidades e nações.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ambiciosos em magnitude e alcance, só podem ser atingidos se estabelecermos o compromisso de aplicar as melhores práticas e conhecimentos. O problema é gigantesco, com um quinto da população mundial subsistindo com menos de um dólar por dia, porém exemplos

de empresas privadas que contribuem para reduzir a pobreza nos encorajam a ser otimistas. Considere as exportações de roupas por Bangladesh, de tecnologia da informação pela Costa Rica, e de flores pelo Quênia – novas indústrias gerando empregos, aumentando a renda, fazendo a esperança crescer. Considere, ainda, as seguintes experiências de sucesso, abrangendo desde modernas multinacionais até empreendedores nacionais, que demonstram o potencial do retorno privado para fomentar o desenvolvimento:

- A Cemex, uma empresa cimenteira mexicana, tornou-se uma das principais produtoras e inovadoras mundiais do seu setor, empregando milhares de pessoas.
- As Casas Bahia, no Brasil, desenvolveram um modelo de negócios único, através do qual ofertam serviços de varejo eficientes a consumidores pobres.
- A Infosys, uma empresa indiana de serviços de tecnologia da informação, cresceu, de um faturamento inferior a US\$ 10 milhões no início de 1990, até se tornar uma líder mundial, com faturamento atual de quase US\$ 800 milhões, ao mesmo tempo que estabeleceu padrões internacionais de governança corporativa e criou uma nova parceria para o desenvolvimento com os governos local e central.
- O Banco ICICI, também da Índia, emprega tecnologia e uma abordagem integrada de toda a sua variada carteira de clientes – particularmente em mercados rurais, micro, pequenas e médias empresas.
- No Camboja, centenas de pequenos fornecedores privados oferecem serviços que vão desde a recarga de baterias até a provisão de energia elétrica a comunidades inteiras. Esses fornecedores atendem, hoje, um total estimado de 115 mil consumidores, mais de um terço dos consumidores de energia elétrica do País.
- A forte competição entre empresas privadas de telefonia na Somália contribuiu para reduzir o custo das ligações internacionais a menos de um dólar por minuto, cerca de um sexto do que custa em muitos outros países africanos. Isso ocorre em um país onde não há sistema postal ou bancário oficial, e onde muitos não têm acesso à água encanada ou eletricidade.
- Na Guatemala, a Confederação de Cooperativas Agrícolas formou uma joint venture com uma empresa canadense, que hoje exporta mais de três milhões de dólares/ano em vegetais para o Canadá, gerando uma renda estável para 100 mulheres indígenas e sustento para mais de mil produtores rurais.
- Em Moçambique, um produtor rural comprou, financiada, uma prensa para extração de óleo de semente. Hoje em dia, dono de quatro prensas para extração de óleo, ele se uniu a nove outros operadores de prensas numa cooperativa que negocia em grupo com bancos e compradores locais.
- Na Índia, pequenos produtores de soja usam um pequeno quiosque de acesso à Internet para conferir os

preços de seu produto no website da Bolsa de Chicago, eliminando intermediários locais e obtendo preços melhores.

Esses exemplos não são apenas histórias de sucesso, são histórias sobre o sucesso do setor privado nacional, e o tema central deste relatório. Porém, sair do “caso de sucesso” para chegar a resultados significativos requer uma nova forma de pensar o desenvolvimento, que não seja limitada pelas ideologias ou viciada por debates exaustivos.

## A EXTREMA POBREZA PERSISTE

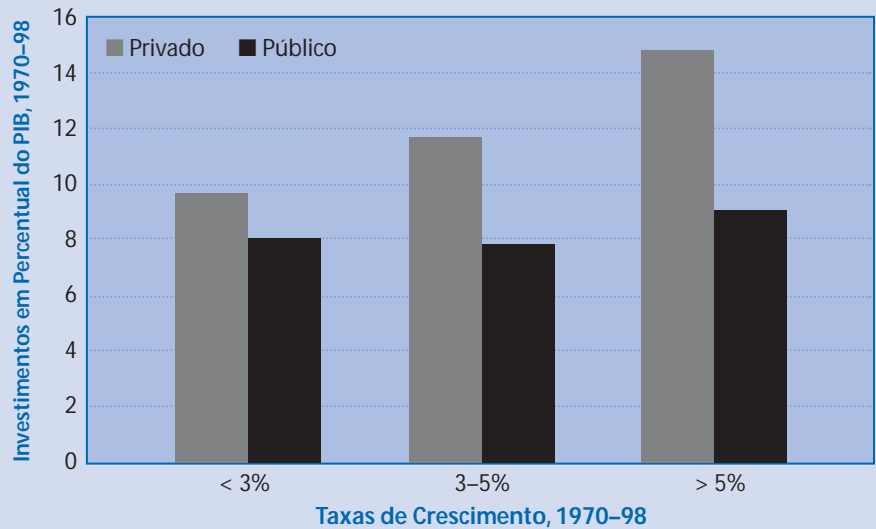
Apesar dos progressos em alguns países e regiões, a extrema pobreza persiste como um problema de difícil solução na maior parte do mundo. Ganhos substanciais em alguns países são acompanhados por grandes perdas em outros, e o número de pessoas que continua a ganhar menos de um dólar por dia, e a sofrer com a fome e a falta de água, saneamento e energia, ainda é enorme. O último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) informa que o percentual de pessoas vivendo na extrema pobreza caiu de 29,6% em 1990 para 23,2% em 1999. Porém, o número de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia diminuiu somente de 1,29 bilhões para 1,17 bilhões, em uma década. Ademais, se a fantástica melhoria nos indicadores de pobreza da China forem excluídos, verificamos que o número de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza na realidade cresceu.

Nos anos recentes, a redução da pobreza tornou-se o tema central do diálogo mundial, ocupando o lugar de

**QUADRO 1.1 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**

1. A erradicação da extrema pobreza e da fome: reduzir pela metade a proporção das pessoas vivendo com menos de um dólar por dia; reduzir à metade a proporção de pessoas sofrendo com a fome.
2. O alcance da educação primária: assegurar que todos os meninos e meninas completem o curso primário.
3. A promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento da mulher: eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015.
4. A redução da mortalidade infantil: reduzir em dois terços os índices de mortalidade das crianças abaixo de cinco anos.
5. Aprimoramento da saúde maternal: reduzir em três quartos o índice de mortalidade materna.
6. Combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças: conter e reverter a disseminação do HIV/AIDS; conter e reverter a disseminação da malária e outras grandes doenças.
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental: integrar os princípios do desenvolvimento sustentado nas políticas e programas nacionais; reverter a perda de recursos naturais; reduzir pela metade a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico; atingir melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados até 2020.
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

principal objetivo do desenvolvimento, ao invés de resultado deste processo. A Declaração do Milênio constituiu-se numa expressão de solidariedade e determinação sem precedentes, comprometendo países ricos e pobres a erradicar do mundo a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humanas e alcançar a paz e a sustentabilidade ambiental. A declaração resultou no consenso acerca dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Quadro 1.1).

**FIGURA 1.1 MAIS INVESTIMENTOS—MAIS CRESCIMENTO**


Fonte: Bouton and Sumilinski (2000)

O progresso é possível, e ocorre regularmente quando existem condições adequadas. O crescimento econômico permitiu que milhões de pessoas deixassem a economia de subsistência, inserindo-se nos setores industrial e de prestação de serviços, o que contribuiu para aumentar a riqueza e reduzir a pobreza. Basta ver o progresso dramático, em termos de qualidade de vida, alcançado pelo conjunto de países do leste asiático que inclui Indonésia, Coréia, Malásia e Tailândia e a redução considerável no número de pessoas pobres na China.

O impacto geral que o crescimento econômico exerce sobre a pobreza depende de uma gama de fatores que influenciam a natureza do próprio crescimento, mas as evidências empíricas são convincentes. No leste da Ásia e no Pacífico, a região com as maiores taxas de crescimento dos anos 90, um crescimento de 6,4% ao ano do PIB per capita resultou numa redução de 15% na taxa de pobreza (medida pelo critério de US\$ 2 diários). No sul da Ásia, um crescimento anual de 3,3% produziu um declínio de 8,4% na pobreza. Em contraste, o baixo

crescimento da América Latina e do Caribe, de 1,6%, e de 1,0% no Oriente Médio e Norte da África, levou a uma redução apenas marginal das taxas de pobreza. Como exemplo mais grave, as taxas negativas de crescimento da África subsaariana e dos países da Europa e Ásia Central resultaram em aumentos na pobreza de 1,6% e de 13,5%, respectivamente.

A mensagem é clara: o crescimento sustentado reduz a pobreza. A conexão entre o crescimento econômico e o forte investimento privado, é igualmente clara. Um estudo de 50 países em desenvolvimento, de 1970 a 1998, examinou a relação entre investimentos privados e públicos, de um lado, e crescimento e renda, de outro. Países com maior crescimento eram os que desfrutavam de maiores investimentos privados (Figura 1.1).

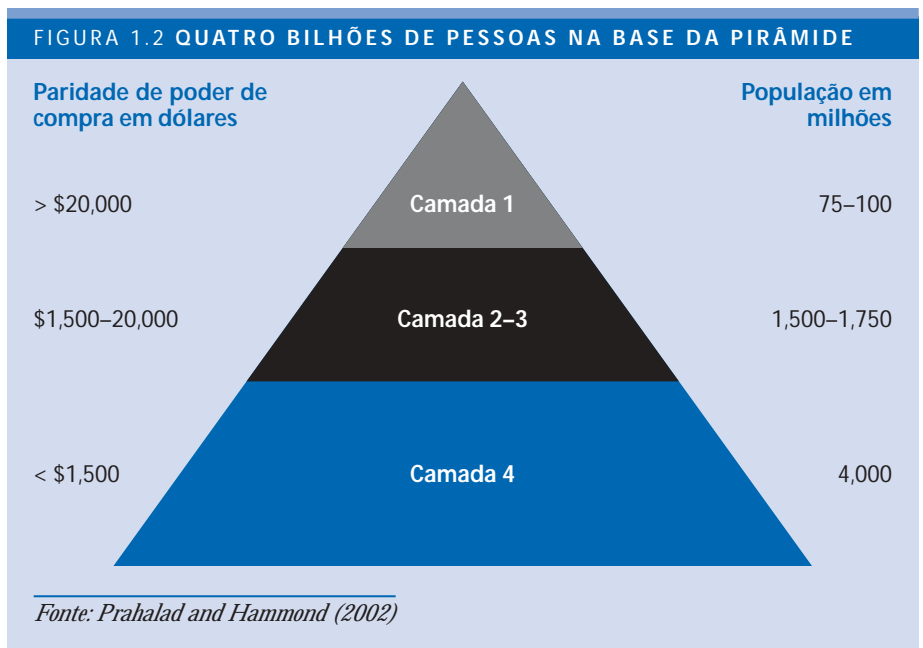
Porém, para que o crescimento da produção contribua para combater a pobreza, o mesmo precisa resultar em renda para os pobres. A quantidade de empregos e o valor dos salários são elementos cruciais para trabalhadores

assalariados e contratados. Para os autônomos, produtividade e retorno, fatores influenciados pela tecnologia, pelos insumos e pelos preços, são fundamentais. Assim, o emprego é o vínculo principal entre o crescimento da produção e a redução da pobreza.

## O SETOR PRIVADO É IMPORTANTE PARA OS POBRES... E, MUITAS VEZES, É CONSTITUÍDO PELOS POBRES

O setor privado é crucial na vida das pessoas pobres. Em primeiro lugar, todos os pobres são consumidores. A história se repete em todo o mundo: os consumidores pobres pagam mais que os consumidores ricos por serviços básicos. Em Mumbai, habitantes das favelas de Dharavi pagam 1,2 vezes mais pelo arroz, 10 vezes mais por remédios e 3,5 vezes mais por água do que os moradores da Avenida Bhulabhai Desai, bairro de classe média localizado no outro extremo da cidade. Cerca de quatro bilhões de pessoas - aquelas que ganham menos de US\$ 1.500 por ano - formam os mercados da base da pirâmide (Figura 1.2).

A qualidade dos bens que as pessoas pobres adquirem - seja comida, água ou serviços financeiros - é, quase sempre, inferior. Em geral, um setor privado que opera na informalidade é que se encarrega de preencher as lacunas, com produtos de preços mais



altos e qualidade duvidosa. E atende necessidades importantes, pois é a economia informal que sustenta a maioria das famílias pobres em muitos países. Porém, as vantagens das economias de escala e de escopo estão presentes nas vidas de quem se encontra na base da pirâmide. Algumas das barreiras são processos deficientes de marketing e distribuição.

O setor privado já atende as necessidades dos pobres onde o governo não chega. Em certos países, por exemplo, o governo tem pouco impacto sobre os pobres. As favelas não possuem serviços de saúde, educação pública ou infra-estrutura. Esta história se repete por todo o mundo em desenvolvimento. Em muitos casos, quando os serviços existem, são oferecidos pela iniciativa privada. De 15% a 90% da educação primária é fornecida por escolas privadas. Aproximadamente 63% dos gastos com saúde efetuados nos países

mais pobres ocorre no âmbito privado, quase o dobro dos 33% que este gasto representa nos países ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Com as devidas atenção e regulamentação, os serviços oferecidos pelo setor privado podem contribuir para atender as demandas da população pobre. Dados recentes sobre novas ligações de água, em três países da América Latina, mostram que entre 25 e 30% da expansão da rede se destina ao atendimento do quintil mais pobre da população.

Em resumo, um setor privado inovador pode encontrar formas de ofertar bens e serviços de custo baixo (mesmo os mais sofisticados) a consumidores de todos os níveis de renda. Ele pode atender tanto áreas urbanas deprimidas quanto vilarejos e comunidades rurais humildes. Empresas podem desenvolver canais de distribuição para consumidores em vilarejos e, assim, ampliar seu conhecimento sobre as reais necessidades deste segmento de mercado. Para reduzir custos, pode utilizar a terceirização, que propicia

maior flexibilidade.

Assim, o setor privado pode aliviar a pobreza via:

- Contribuição para o crescimento econômico, contribuindo para gerar emprego e renda.
- O poder que atribui aos pobres ao oferecer serviços e bens de consumo, ao aumentar sua gama de opções, e ao reduzir preços, melhorando a qualidade de vida das pessoas pobres.

A maior interação entre os que estão na base da pirâmide e o setor privado cria oportunidades para o envolvimento direto na economia de mercado.

## QUEM SÃO OS EMPREENDEDORES?

A Comissão adota uma visão expansiva do setor privado. As grandes empresas constituem uma parte indispensável da economia privada, mas os próprios pobres são igualmente importantes. Muitas vezes, eles mesmos são os empreendedores, frequentemente por necessidade, exercendo uma atividade informal e amarrados a negócios precários. Nós compartilhamos a visão de que ambientes empresariais orientados para o mercado abrangem diversas formas de empresas privadas, que coexistem em relações simbióticas. O ecossistema geralmente inclui corporações multinacionais, grandes empresas nacionais, micro, pequenas e médias empresas, com atores formais e informais. Portanto, engloba tanto os pequenos agricultores quanto as multinacionais.

A agricultura suscita um interesse especial, pois 75% das pessoas que vivem com menos de um dólar por dia estão na zona rural, e sua produção é majoritariamente de subsistência. Na África, a agricultura sustenta mais de

70% da população, contribuindo com 30% do PIB. O fornecimento de insumos para o setor agrícola, e a agregação de valor a produtos agrários, através de processamento e marketing, são mecanismos importantes de desenvolvimento do setor privado. A relevância crítica do setor agrícola para o combate à pobreza reforça a necessidade de progresso urgente na eliminação dos subsídios auferidos por produtores de mercados desenvolvidos, e na reforma das regras comerciais.

Em muitos países em desenvolvimento, as mulheres constituem a maioria dos microempreendedores da economia informal, e um percentual significativo do setor formal. Muitas delas são analfabetas e vivem em comunidades rurais pobres. Constituir suas próprias empresas - geralmente microempresas - é geralmente a única possibilidade de obterem trabalho e auferirem renda. Na América Latina e no Caribe, de 25% a 35% das micro, pequenas e médias empresas formais pertencem e são conduzidas por mulheres. Nas Filipinas, 44% das microempresas pertencem a mulheres, mais de 80% das quais estão em zonas rurais. No Zimbábue, as mulheres dirigem a maioria das micro e pequenas empresas (67%), ao passo que as empresas conduzidas por homens tendem a proporcionar a maior parte da renda familiar e a ter mais empregados.

Também são empreendedores os executivos de grandes empresas, que toman a iniciativa de inovar e expandir os negócios. Este relatório ressalta muitos exemplos de grandes empresas que buscaram os mercados da base da pirâmide, e desenvolveram produtos e processos para atender os pobres de forma lucrativa ou operar de forma sustentável em ambientes desafiadores. Iniciativas individuais de engenheiros

e executivos estão, muitas vezes, na raiz destes movimentos por parte das grandes corporações, que podem ter grande impacto positivo sobre o desenvolvimento.

O empreendedorismo também é força motriz em muitas organizações da sociedade civil, além de existir no governo e nas administrações públicas. Alguns indivíduos nestas organizações sentem o ímpeto de inovar e aproveitar as oportunidades que se apresentam, com a mesma paixão e dedicação de um empreendedor, apesar do pouco ou nenhum retorno financeiro.

Talvez onde o empreendedorismo mais prospere seja nas pequenas e médias empresas com alto potencial de crescimento e inovação. Esse segmento dinâmico é tipicamente a incubadora do empreendedorismo e da inovação, dirigindo o crescimento econômico, criando empregos e fomentando a competitividade, a inovação e a produtividade.

## O FOCO NO SETOR PRIVADO NACIONAL

Nos centramos aqui no setor privado nacional por 3 razões principais. Primeiro, os recursos nacionais são muito maiores que os externos, sejam reais ou potenciais. Investimentos privados nacionais alcançaram médias entre 10 e 12% do PIB nos anos 90, ao passo que os investimentos públicos nacionais mantiveram-se em 7% e os investimentos estrangeiros diretos (IED), entre 2 e 5%. Segundo, quando examinamos os recursos

informais, como o valor potencial da terra, a riqueza nacional que pode ser alavancada é significativamente maior que os IED acumulados, ou das carteiras de investimentos privados. Terceiro, o impulso dado aos recursos nacionais de uma economia -tanto financeiros quanto empresariais - normalmente cria condições para um crescimento mais estável e sustentável.

Estimativas dos ativos nacionais nos países em desenvolvimento alcançam \$ 9,4 trilhões, valor que representa muitas vezes o valor dos fluxos de carteiras de investimento, ou de IED para os países em desenvolvimento, nos últimos 15 anos. Essas comparações, de fluxos com ativos, são apenas ilustrativas.

Converter os ativos informais em recursos financeiros requer um programa amplo de reformas que possibilitem o uso destes ativos como garantias ao sistema bancário. Não obstante, deve-se ter em mente o gigantesco valor destes ativos. Por exemplo, estudos recentes efetuados no Egito concluíram que o país dispõe de uma economia informal vibrante e imensa, que emprega mais de 8

milhões de pessoas (cerca de 40% da força de trabalho) e que possui ativos no valor de quase \$ 250 bilhões, montante este que representa 30 vezes a soma do valor de mercado de todas as empresas listadas na Bolsa de Valores do Cairo.

Esse interesse no setor privado nacional não significa atribuir pouca importância ao IED. Além dos recursos financeiros que o IED aporta, a penetração da cultura empresarial contribui para modificar a maneira pela qual os negócios são feitos, transmite conhecimentos e melhores práticas gerenciais, oferece acesso a mercados internacionais, transfere tecnologia e inovações, introduz pressão competitiva em mercados antes protegidos, e constitui um impulso ao crescimento das empresas locais. Nessas circunstâncias, o IED pode melhorar todo o ambiente de investimento.